



**Análise das experiências administrativas das federações
brasileiras no Programa de Consolidação do Pacto Nacional
pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)**

**Analysis of the administrative experiences of the Brazilian
federations in the Consolidation Program of the National Pact
for Water Management (PROGESTÃO)**

**Análisis de las experiencias administrativas de las
federaciones brasileñas en el Programa de Consolidación del
Pacto Nacional por la Gestión del Agua (PROGESTÃO)**


**Analyse des expériences administratives des fédérations
brésiliennes dans le Programme de Consolidation du Pacte
National pour la Gestion de l'Eau (PROGESTÃO)**




¹ Graduanda em Engenharia de Produção e membro do grupo de pesquisa em Decisões Estratégicas em Produção e Logística da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

 <http://orcid.org/0000-0001-8389-0405> E-mail: bjiacinto@outlook.com

² Graduada e doutora em Engenharia de Produção, professora associada do departamento de Engenharia Mecânica, docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo e líder do grupo de pesquisa em Decisões Estratégicas em Produção e Logística da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.

 <http://orcid.org/0000-0002-1436-8311> E-mail: marcele.elisa@ufpe.br

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-1215-3798> E-mail: natallya.levino@feac.ufal.br

Resumo

O PROGESTÃO é um programa de incentivo financeiro, com o princípio de pagamento por alcance de metas definidas entre a Agência Nacional de Águas e as federações do Brasil, que assumiu a tarefa de promover a gestão pública de recursos hídricos no país. Contudo, frequentemente as federações não alcançam as metas estabelecidas. A compreensão dos problemas é fundamental para estruturar processos decisórios em busca de melhorar os processos. Assim, por meio de análise documental os problemas recorrentes ao não cumprimento de metas do programa foram levantados. A partir deste diagnóstico, especialistas na área de recursos hídricos foram consultados e ações mitigatórias para cada problema foram propostas. Este trabalho contribui na análise conjunta, auxiliando os gestores públicos na proposição de políticas e ações que visem tornar o programa mais eficiente.

Palavras-Chave: Recursos Hídricos; Gestão por recursos; Metas; Ações; Água.

Abstract

PROGESTÃO is a financial incentive program, with the principle of payment for achieving targets defined between the National Water Agency and the federations of Brazil, which has taken on the task of promoting water resources public management in the country. However, federations often do not reach the established targets. Understanding the problems is essential to structure decision-making processes in order to improve processes. Thus, through document analysis, the recurring problems of non-compliance with the program's targets were surveyed. Based on this diagnosis, specialists in the area of water resources were consulted and mitigation actions were proposed for each problem. This work contributes to the joint analysis, helping public managers in proposing policies and actions aimed at making the program more efficient.

Keywords: Water Resources; Resource-Based Management; Targets; Actions; Water.

Resumen

PROGESTÃO es un programa de incentivo financiero, con el principio de pago por cumplimiento de metas definidas entre la Agencia Nacional de Aguas y las federaciones de Brasil, que se ha dado a la tarea de promover la gestión pública de los recursos hídricos en el país. Sin embargo, las federaciones muchas veces no alcanzan los objetivos establecidos. Comprender los problemas es fundamental para estructurar los procesos de toma de decisiones con el fin de mejorar los procesos. Así, a través del análisis documental, se relevaron los problemas recurrentes de incumplimiento de las metas del programa. Con base en este diagnóstico, se consultó a especialistas en el área de recursos hídricos y se propusieron acciones de mitigación para cada problema. Este trabajo contribuye al análisis conjunto, auxiliando a los gestores públicos en la propuesta de políticas y acciones encaminadas a hacer más eficiente el programa.

Palabras Clave: Recursos Hídricos; Gestión Basada en Recursos; Metas; Acciones; Agua.

Resumé

PROGESTÃO est un programme d'incitation financière, avec le principe de paiement pour atteindre des objectifs définis entre l'Agence nationale de l'eau et les fédérations du Brésil, qui s'est donné pour mission de promouvoir la gestion publique des ressources en eau dans le pays. Cependant, les fédérations n'atteignent souvent pas les objectifs fixés. La compréhension des problèmes est essentielle pour structurer les processus décisionnels afin d'améliorer les processus. Ainsi, grâce à

l'analyse documentaire, les problèmes récurrents de non-conformité aux objectifs du programme ont été recensés. Sur la base de ce diagnostic, des spécialistes du domaine des ressources en eau ont été consultés et des actions d'atténuation ont été proposées pour chaque problème. Ce travail contribue à l'analyse conjointe, aidant les gestionnaires publics à proposer des politiques et des actions visant à rendre le programme plus efficace.

Mots clés: Ressources en Eau; Gestion par les Ressources; Objectifs; Actions; L'Eau.

Introdução

O aumento da degradação ambiental, em paralelo com a crescente demanda por água para os diversos usos, associados à falta de políticas de conservação e, também, à falta de cultura de preservação por parte da população, direciona para a necessidade de repensar as políticas públicas, principalmente no que se refere aos instrumentos de gestão ambiental, e, especialmente, hídrica (do Egito et al., 2015; Jardim & Bursztyn, 2015).

Além disso, a disponibilidade da água depende de condições climáticas e topográficas, resultando na má distribuição e na possibilidade de escassez desse recurso (Rosa & Guarda, 2019). A região Norte, por exemplo, possui uma grande oferta de água e pequena população, enquanto em outras regiões, há uma grande população e pequena oferta de água (ANA, 2017; Cambrinha & Fontana, 2015; de Almeida, 2016). Portanto, a fim de adaptar a relação entre o abastecimento e a demanda de água às mudanças climáticas, os recursos hídricos devem ser gerenciados, aumentando, então, a sua eficiência (Cambrinha & Fontana, 2018).

Neste sentido, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) desenvolveu o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO). O Progestão é um programa de incentivo financeiro que assumiu a tarefa de promover a gestão de recursos hídricos nos estados brasileiros, com o princípio de pagamento por alcance de metas definidas entre a ANA e as entidades estaduais a partir da complexidade de gestão, as tipologias A, B, C e D, escolhidas pela unidade da federação com base em normativos legais (ANA, 2016a; ANA, n.d.). Tais metas, avaliadas pelo programa, são definidas baseando-se em diagnóstico e prognóstico da situação da gestão de recursos de cada federação, utilizando-se metodologias e instrumentos de avaliação definidas pela ANA (ANA, 2013).

Como ferramenta prática para a gestão do programa, em 2013 a ANA organizou-o através de ciclos, com duração de quatro anos. No entanto, apesar dos incentivos financeiros e da metodologia prática que o Progestão oferece, é notável a complexidade que envolve gerir os recursos hídricos e implementar as medidas necessárias para atender as metas estabelecidas.

Esses fatos são constatados através de alguns estudos científicos que se empenharam em analisar as experiências administrativas das federações durante o programa. De Almeida, et al. (2020a) fizeram essa análise na região Norte do Brasil; De Almeida et al. (2020b) investigaram as experiências da região Nordeste; e De Almeida & Fontana (2021) realizaram o mesmo estudo com as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nesses três artigos, por meio dos gráficos expostos nos seus respectivos resultados, foram comparadas a quantidade de metas estipuladas e alcançadas em cada ciclo e por cada federação, constatando-se que a maioria desses não conseguiu cumprir todos os objetivos elencados.

Apesar de existirem trabalhos científicos que explorem quais os motivos por trás dos descumprimentos das metas estipuladas pelo Progestão (de Almeida et al., 2020a; 2020b; de Almeida & Fontana, 2021), ainda faltam estudos que investiguem as possíveis soluções para os problemas enfrentados pelas federações. Na tentativa de preencher essa lacuna, foi desenvolvido esse artigo, que tem como objetivo responder a duas questões: (1) quais são as recorrentes metas descumpridas pelas federações? (2) Quais as possíveis soluções mitigatórias destes problemas, na opinião de especialistas na área de recursos hídricos?

Para atender ao primeiro objetivo, foi realizada uma pesquisa documental nos dados históricos disponibilizados pela ANA acerca das experiências dos estados e do Distrito Federal

durante o programa, divulgados nos anos de 2013 a 2022, em busca de conhecer quais os principais problemas que levaram ao não cumprimento das metas nos ciclos 1 e 2. Em seguida, para conhecer a percepção dos especialistas acerca desses problemas, aplicou-se um questionário junto a docentes de universidades nos meses de fevereiro e março de 2023.

Considerando o exposto, a importância do desenvolvimento desse estudo está no potencial dos resultados auxiliarem as gestões locais e os próprios administradores do Progestão a identificarem quais são os principais problemas motivadores da redução dos desempenhos estaduais e quais as possíveis soluções mitigatórias que podem ser implementadas, tornando mais eficientes o programa de gestão hídrica e o investimento financeiro público.

1. Análise do Cenário Histórico Brasileiro

Em termos globais, o Brasil possui grande oferta de água, no entanto, encontra-se distribuída de maneira heterogênea no território nacional. Nos últimos anos, esse fator foi intensificado, visto que, conforme ANA (2020), têm se observado eventos extremos de seu excesso ou escassez que podem ser indícios de mudanças climáticas.

Como consequência disso, estimou-se que estiagens, secas, enxurradas e inundações representaram 84% dos quase 39 mil desastres naturais no território nacional, ocorridos de 1991 a 2012, afetando cerca de 127 milhões de brasileiros. Além disso, entre 2013 e 2016, 48 milhões de pessoas foram afetadas por secas (duradouras) ou estiagens (passageiras). Essas (secas e estiagens), observadas desde 2012 em diversas regiões do Brasil, têm prejudicado de forma significativa a oferta de água para abastecimento público e para setores usuários que dependem do armazenamento e/ou dos volumes de água em reservatórios, como a irrigação, a geração de energia hidrelétrica e a navegação (ANA, 2017).

Outro fator crítico a ser considerado é o lançamento de efluentes nos corpos d'água, predominantemente vindos de esgotos domésticos sem tratamento, que, devido à poluição hídrica, indisponibiliza o uso da água, agravando o quadro de criticidade em termos de balanço hídrico (ANA, 2020).

Portanto, as distribuições heterogêneas desses recursos hídricos, somado aos seus usos intensivos pelas diferentes atividades econômicas nas bacias hidrográficas brasileiras e aos problemas de qualidade decorrentes da poluição hídrica, exigem ações efetivas que promovam a gestão dos quais a partir do seu monitoramento (ANA, 2020). Para que isso seja possível, é necessário garantir a efetividade das legislações brasileiras sobre essa gestão, já que, apesar de serem consideradas as mais avançadas do mundo, na prática, prevalece a permissão para o uso insustentável da água em determinadas atividades econômicas (Rosa & Guarda, 2019). Portanto, é fato que “o gerenciamento do uso da água é de fundamental importância para a formulação de políticas públicas que, em última instância, tragam segurança hídrica ao setor, com sustentabilidade econômica e ambiental.” (ANA, 2020, p. 35).

2. Progestão

Criado pela ANA em 2013, o Progestão surgiu com os seguintes objetivos: (a) promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; (b) e fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo (ANA, 2016a). A adesão ao programa é voluntária e em um período de pouco mais de um ano e meio todos estados brasileiros e o distrito federal estavam certificados (ANA, 2016a).

Essa rápida adesão pôde ser explicada pelo quadro de restrição de recursos humanos e materiais vivenciados pela quase totalidade dos órgãos gestores estaduais – inclusive para custeio de atividades básicas de monitoramento e fiscalização – e pela possibilidade de acessar uma nova fonte de recursos oferecida pelo Progestão (Libânio, 2015b). Além disso, segundo Libânio (2015b), a grave crise hídrica vivenciada no país a partir de 2013, tanto no Semiárido Brasileiro quanto nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, também contribuíram para sensibilizar os agentes políticos para o tema da gestão eficiente de águas no país, facilitando iniciativas de cooperação, como a proposta pelo Pacto Nacional.

Assim, o programa estabelece um marco na governança da água, dando as federações autonomia para resolver os problemas de acesso básico à água (Sousa Jr et al., 2016). Segundo Libânio (2015c), a operacionalização do Progestão aprimora e amplia o modelo de gestão por resultados, reconhecido pela sociedade e pelos órgãos de controle.

A metodologia de gestão utilizada no programa baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, definidas entre a ANA e as federações por meio da complexidade de gestão, as tipologias A, B, C e D (ANA, 2016a). Segundo ANA (2018a), “a classe A apresenta uma baixa complexidade do processo de gestão associada a uma estrutura institucional básica, enquanto no outro extremo (classe D), o aumento da complexidade do processo de gestão está relacionado a uma estrutura institucional mais avançada”. O Quadro 1 detalha o conceito proposto através do uso dessas tipologias e em quais aspectos elas se diferem.

De acordo com a Nota Técnica nº002/2013/AG-ANA, a ideia central do uso dessas tipologias é permitir a otimização dos esforços, na medida dos desafios presentes e futuros, em cada um dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs). Portanto, a definição por uma de maior grau de complexidade leva, necessariamente, ao acompanhamento de um grupo maior de variáveis de gestão, bem como a um nível maior de exigência na avaliação dessas variáveis (Libânio, 2015a).

Em relação às metas avaliadas pelo programa nos estados e no Distrito Federal, elas dividem-se entre duas (ANA, 2016a; 2016b):

1. Metas de cooperação federativa, comuns a todas as entidades;
2. Metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual/distrital, que são selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), sendo o número de variáveis a ser atingido de natureza cumulativa e crescente a cada período de certificação, conforme a tipologia adotada.

Quadro 1 - Tipologia segundo a complexidade da gestão no PROGESTÃO.

Tipologia	A	B	C	D
Complexidade	Baixa	Regular	Alta	Muito Alta
Tipos de conflitos	Ausência de conflitos: Bacia com usos pontuais e dispersos.	Existem conflitos sobre o uso da água em sub-bacias críticas.	Maior abrangência e intensidade dos conflitos pelo uso da água na bacia hidrográfica.	O conflito pelo uso da água é altamente complexo e generalizado em toda a bacia hidrográfica.
Estrutura institucional	- Monitoramento básico - Base de dados nível A - Outorgas para usos significativos selecionados - Macro balanço hídrico e estudos estratégicos de planejamento - Instância de articulação entre os Estados e a União	- Aperfeiçoamento do monitoramento em sub-bacias ou seções críticas - Base de dados nível B - Outorgas para sub-bacias críticas com conflitos - Planos de recursos hídricos e enquadramento para sub-bacias críticas - Comitês em sub-bacias onde necessário	- Monitoramento específico para acompanhamento de metas de gestão e de enquadramento - Base de dados nível C - Outorgas para toda a bacia - Planos de recursos hídricos e enquadramento para bacias - Comitês de bacia	- Agência de água e cobrança pelo uso

Fonte: Levino et al. (2023).

As metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual/distrital são divididas em quatro grupos (ANA, n.d.), conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Metas de gerenciamento de recursos hídricos nos ciclos 1 e 2

Categorias	Variáveis - Ciclo 1	Variáveis - Ciclo 1
1. Organização Institucional	1.1. Organização Institucional do Modelo de Gestão Organismo(s) Coordenador/gestor 1.2. Gestão de Processos 1.3. Arcabouço Legal 1.4. Conselho Estadual de Recursos Hídricos 1.5. Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados 1.6. Agências de Água e entidades delegatárias 1.7. Comunicação Social e Difusão 1.8. Capacitação setorial 1.9. Articulação com Setores Usuários e Transversais	1.1. Organização Institucional do Modelo de Gestão 1.2. Gestão de Processos 1.3. Arcabouço Legal 1.4. Conselho Estadual de Recursos Hídricos 1.5. Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados 1.6. Agências de Água ou de Bacia ou Similares 1.7. Comunicação Social e Difusão de Informações 1.8. Capacitação 1.9. Articulação com Setores Usuários e Transversais
2. Planejamento	2.1. Balanço Hídrico 2.2. Divisão Hidrográfica 2.3. Planejamento Estratégico 2.4. Plano Estadual de Recursos Hídricos 2.5. Planos de Bacias 2.6. Enquadramento 2.7. Estudos Especiais de Gestão 2.8. Modelo e Sistemas de Suporte à Decisão	2.1. Balanço Hídrico 2.2. Divisão Hidrográfica 2.3. Planejamento Estratégico 2.4. Plano Estadual de Recursos Hídricos 2.5. Planos de Bacias 2.6. Enquadramento 2.7. Estudos Especiais de Gestão
3. Informação e Suporte	3.1. Base Cartográfica 3.2. Cadastros de Usuários infraestrutura 3.3. Monitoramento Hidrometeorológico 3.4. Monitoramento da Qualidade de Água 3.5. Sistema de Informações 3.6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	3.1. Base Cartográfica 3.2. Cadastros de Usuários, Usos e Interferências 3.3. Monitoramento Hidrometeorológico 3.4. Monitoramento da Qualidade de Água 3.5. Sistema de Informações 3.6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação 3.7. Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão 3.8. Gestão de Eventos Críticos
4. Operacionais	4.1. Outorga de Direito de Uso 4.2. Fiscalização 4.3. Cobrança 4.4. Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão 4.5. Infraestrutura Hídrica 4.6. Gestão e Controle de eventos críticos 4.7. Fundo Estadual de Recursos Hídricos 4.8. Programas Indutores	4.1. Outorga de Direito de Uso 4.2. Fiscalização 4.3. Cobrança 4.4. Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão 4.5. Infraestrutura Hídrica 4.6. Fundo Estadual de Recursos Hídricos 4.7. Programas e Projetos Indutores

Fonte: Adaptado de ANA (2016b) e ANA (2018b)

Como mencionado, à medida que aumenta a complexidade da tipologia, a exigência relacionada a cada uma dessas variáveis também aumenta. Portanto, assim que a federação, em conjunto com a ANA, define a classe de gestão adotada, são também definidos os objetivos a serem cumpridos. Para facilitar essa definição, a própria agência descreve em seu site oficial quais são os níveis mínimos de atendimento para cada uma das tipologias, relacionados a cada variável considerada, para os ciclos 1 e 2.

Logo, constata-se que o desenvolvimento de um programa que realiza uma avaliação qualitativa e interpretativa dos aspectos da gestão de águas possibilita que cada estado faça uma leitura apropriada dos patamares de gestão à luz de sua própria realidade, levando-se em consideração não apenas os marcos referenciais oferecidos pela ANA, mas também a experiência e intuição dos atores sociais representados nos CERHs (Libânio, 2015a). Outrossim, em seu estudo, Libânio (2015a) salienta que a realização do processo de autoavaliação como instrumento de “prestação de contas” pelos agentes públicos aos seus respectivos conselhos oferece aos gestores estaduais uma excelente oportunidade para reflexão sobre os desafios regionais e para o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo poder público, inclusive no que concerne a aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pelo Progestão.

O problema da pessoa com deficiência visual não reside apenas no não ver. As falas expressas no grupo mostram que há uma grande problemática no ser visto, no ser percebido enquanto uma singularidade. Em um mundo pautado por modelos e normas padronizadas (Foucault, 1984), as pessoas com deficiência lutam para serem visibilizadas como são. Contudo pode ocorrer um movimento duplo e contrário à aceitação da singularidade. De um lado, ocorrem processos de invisibilidade, concretizados no desvio de olhar daquele que vê, por aquele que não sabe como conviver e assumir a existência “*fora do padrão*”. De outro, pode gerar-se um fenômeno de hipervisibilidade, no qual se foca apenas na deficiência da pessoa, como se ela se resumisse à sua limitação, como se esta fosse sua única substância. As falas no grupo operativo expressam essa complexa vivência dentro da Universidade, com situações e sentimentos que se referem à experiência de não serem vistos e, portanto, invisibilizados enquanto pessoas capazes e, principalmente, que precisam de atenção frente às suas necessidades específicas no âmbito acadêmico.

O não ser visto também traz uma questão crucial que se refere às interações sociais dos alunos com deficiência visual com os professores e colegas de classe. Advogado 1 relata sua experiência de não ser visto em sua singularidade por alguns professores:

A gente quer estar aqui, quer aprender, quer uma chance de ser alguém. (...) A gente pedia para o professor [o material de slide em formato pdf] e o professor não mandava e aí a gente ficava perdido. Os professores não conseguem se colocar no nosso lugar, não veem as nossas limitações, cada um tem uma limitação aqui. Até falei com uma professora que viu o meu lado [de dificuldade de acompanhar as disciplinas por conta da falta de acessibilidade de materiais], mas tem professor que não tem como conversar, porque te corta.

Programador passa pela mesma dificuldade, em que tem diálogo com alguns docentes, mas com outros não: “*Alguns [professores] conversam comigo e eu dou algumas dicas e conseguimos trabalhar juntos. Alguns outros não querem muito papo, não sei se é má vontade ou o próprio preconceito, então é mais difícil*”. Constata-se que a dificuldade na relação com os docentes pode desencadear ainda mais obstáculos para a formação dos estudantes.

Advogado 2 comenta que durante os sete períodos que cursou, apenas dois professores chegaram até ele. Contudo, elenca experiências bastante positivas referente ao acolhimento ofertado por eles e o quanto isso impactou a vivência de aprendizagem.: *“ele [o docente] chegou e foi o que mais adaptou material para mim, passou cola colorida e barbante nos gráficos. Guardo ele no coração até hoje. E outro professor (...) que chegou e perguntou ‘o que posso fazer para adaptar pra você, para auxiliar você?’”*. Contudo, lamenta que são raros os docentes que percebem suas demandas singulares. Na maioria das situações, afirma que de alguma forma, precisam se fazer ser vistos, como se clamassem por serem reconhecidos.

Possivelmente ainda mais cruel é a situação de exclusão por parte dos próprios alunos. Advogado 1 relata sua triste experiência de ser excluído pelos próprios colegas de turma:

Em sala de aula é complicado, já tive problemas de ter trabalho em grupo e o pessoal não querer colocar a gente no grupo, conversei com representante de sala, ninguém deu moral. (...) Esse tipo de acontecimento vai acabando com a autoestima da gente, tanto que hoje tenho disciplina de primeiro ano para pegar. A gente começa o início bem e depois vai desanimando.

Ao menos essa situação de exclusão não foi a mais predominante dos participantes do grupo. Muitos narraram que foram bem acolhidos pela turma, embora nunca tenha sido algo fácil, pois sempre tinham que tomar uma postura ativa, de chegar nas pessoas, iniciar a conversa com elas. Quando questionados sobre a necessidade da iniciativa em relação a falar com as pessoas e ao atendimento que a Universidade deve oferecer, Advogado 1 disse: *“eu já tive, principalmente no primeiro ano de faculdade, de exigir, correr atrás. E o pessoal, os próprios funcionários, achavam ruim. Eu falava que precisava do material e eles se sentiam pressionados, mas se a gente não falasse a gente fica prejudicado aqui”*. Em seguida citou outra experiência negativa de desgaste pessoal, fruto de resistências encontradas nas ocasiões em que buscava uma resolução específica de alguma demanda. Programador também nos conta essa experiência de ter que tomar a iniciativa: *“às vezes a gente tem que ir um pouco mais atrás dos professores. Tive um caso de uma professora que chegou até mim. Mas ela já tinha trabalhado com PCD [pessoa com deficiência], outro aluno quebrou essa barreira aí para mim. Mas todos os outros, eu que tenho que ir atrás, se não, não anda”*.

Ser visto implica ser considerado como universal no sentido humano, e particular no sentido da diferença (Resende, 2007). É um desafio não só no âmbito universitário, mas também social, conceber a diferença como singularidade e não como inferioridade. Como afirma o filósofo Gilles Deleuze (2006), a diferença tem que ser apreendida na lógica da positividade, das pluralidades coexistentes, e não da negatividade. Entretanto, a sociedade normativa e disciplinar estrutura as diferenças em desigualdades, muitas vezes excluindo-as.

Constatamos que uma das maiores dificuldades vividas pelos estudantes são as “barreiras atitudinais”, tal como citadas por Advogado 2, construídas pelos outros, sejam professores ou colegas. Essa atitude negativa, ou de rechaço, à pessoa com deficiência produz o estigma da invisibilidade, do olhar que se desvia das necessidades particulares destes alunos e as dificuldades institucionais de integrá-los funcionalmente à vida da Universidade, com suas exigências de prazo, trâmites burocráticos, trabalho em equipe e rendimento acadêmico. Como expresso na fala dos participantes, há professores que cortam a conversa quando o aluno solicita seu direito de material adaptado e explicações adicionais, o caso do servidor público que o bloqueou do aplicativo de mensagens, ou o grupo de estudantes que o excluiu. Pode-se

contraditoriamente conjecturar, que, possivelmente pelo excesso da visão, os videntes não veem, não escutam, não sentem, não percebem que as condições para a inclusão devem ser produzidas a partir do contato e abertura às diferenças das distintas pessoas envolvidas. Eles vivem suas vidas a partir de seus modos instituídos de tecer as tramas do mundo compartilhado, no caso em questão, as relações acadêmicas e pessoais na Universidade pelo primado da visão. Para superar essas adversidades, é necessária uma postura mais ativa e aberta da Instituição (professores, técnicos-administrativos e estudantes em geral), vislumbrando outras possibilidades para a inclusão que não as estabelecidas pelos videntes.

Os participantes do grupo, em suas falas, não buscam um tratamento de tutela, assistencial, de privilégio, mas sim recursos de acessibilidade que atendam suas necessidades específicas e promovam condições básicas para seu processo de ensino-aprendizagem.

Não é a questão, e a gente sempre gosta de frisar, de ter um tratamento diferente para a pessoa com deficiência. Não é isso. Mas às vezes querem exigir o mesmo prazo sem nós termos as mesmas ferramentas para execução. Como eu vou exigir que faça a atividade se o material não é minimamente acessível. Infelizmente isso não é um fator inerente à faculdade, é um fator global, é uma questão que tem que começar a ser observada (Advogado 2).

Por exemplo, tem uma matéria que eu faço, Cálculo I. Essa matéria, dão uma lista de exercícios por semana, para ser entregue em um site que não é acessível. Para eu conseguir submeter essa lista no site, eu preciso pedir para outra pessoa postar para mim na minha conta. Fora que também, muitos símbolos nessas listas não estão apropriados para minha leitura. Daí vou precisar da ajuda de outro aluno ou mesmo do professor, aí já foram 2 ou 3 dias para eu começar a entender a lista. Só para eu começar a entender. Eu tenho 4 dias para entregar, me parece meio injusto. Eu tenho uma limitação, porque assim, a gente não pode querer ser o super-herói. A gente tem uma limitação, a gente tem que entender isso. Eu tenho uma limitação e o que eu ganho de brinde? Menos tempo para entregar a lista! Isso é muito chato. (...) Algumas atividades, é pouquíssimo tempo de realização. E para a gente que é deficiente visual tem um problema, até a gente conseguir trazer todo aquele conteúdo que foi passado para uma forma que a gente consiga entender leva um tempinho (Programador).

Tais relatos revelam as dificuldades práticas dos alunos com deficiência visual no contexto do ensino, a dificuldade de acessibilidade do site e, portanto, do espaço universitário. São prejudicados, pois devido aos diversos problemas da acessibilidade, têm menos tempo para acompanhar o ritmo das tarefas demandado pelo professor. Nessa mesma perspectiva Advogado 2 pergunta: “*Você tem que ser produtivo igualzinho a uma pessoa sem deficiência? É uma questão que tem que ser observada. Beleza, vamos ser produtivos, mas a nossa condição às vezes não nos permite, não porque não queiramos, mas pelo meio ao qual estamos empregados*”. Advogado 1 enuncia algo semelhante quando trouxe sua experiência de trabalho na iniciativa privada, ao dizer que “*as empresas privadas não olham seu potencial, né? Principalmente a pessoa com deficiência (...) a empresa quer te exigir mais do que você pode dar*”. Suas representações acerca do mercado de trabalho privado, um espaço marcado pela exigência de adaptação e produção pela métrica da empresa, foram determinantes na opção pela entrada na Universidade, em que optou por fazer um curso superior como possibilidade de ingresso numa carreira pública.

Assim, não se trata de se pensar a inclusão como uma permissão a se produzir menos, mas a constatação de que a produção de uma pessoa sem visão é uma produção outra. Outras

produções que as esperadas pelos videntes, mesmo porque a manutenção desta expectativa vidente reverbera nas práticas docentes. Programador compreende que muitas vezes essa conduta também decorre da falta de informação: *“fica chato também para os professores, porque eles também nunca passaram por essa situação, muitos deles não sabem”*.

Constata-se que a experiência universitária está sendo, para este grupo, atravessada por situações de invisibilidade que não só afetam o desempenho acadêmico no sentido de acompanhamento de conteúdos e de aprendizagem efetiva, mas que refletem a forma estrutural que a sociedade lida com a diferença: relegando-a um lugar “inferior”, produzindo relações de preconceito e exclusão, ou de modo mais mordaz, ao mito do herói, que abandonado à própria sorte, vence as dificuldades e triunfa. Esse segundo aspecto é denunciado na fala dos participantes que são vistos como independentes (Psicólogo, Educadora), e que pode ser utilizado pela Instituição como uma forma de justificar a falta de apoio institucional em acolher suas necessidades específicas.

Consideramos que o não ser visto implica o “determinismo do vidente”, ou a lógica capacitista, em que a primazia do sentido da visão forja a própria exclusão e pressupõe em si mesma os estereótipos sobre os que não veem, operando na lógica da falta, do negativo. O viés da falta remete à lógica da transcendência, em que se busca imaginariamente negar a situação atual, idealizando a constituição de outro estado, muitas vezes inatingível. Nesse caso, a inclusão se daria pela dependência e a correspondência entre aquilo que não se tem e o que a Instituição deveria oferecer de modo totalizado. O imaginário da transcendência produz um desarranjo entre o ser e o pertencer, a inclusão e o se sentir incluído, visto que as propostas inclusivas são balizadas de antemão por aqueles que já estão incluídos. Pode configurar-se como um espaço intransponível porque o pertencer estaria mensurado pela visão e as propostas de inclusão ofertadas como substitutos à falta dela. Àqueles com deficiência visual restaria a vivência de uma vida marcada pela falta e uma experiência subjetiva de ser incompleto, mas não apenas, viveriam na aporia da promessa de completude a partir de algo que é impossível ter. Nesse sentido, são produzidos afetos próximos ao ressentimento, apatia ou rebaixamento da potência do agir no espaço da Instituição.

3. Metodologia

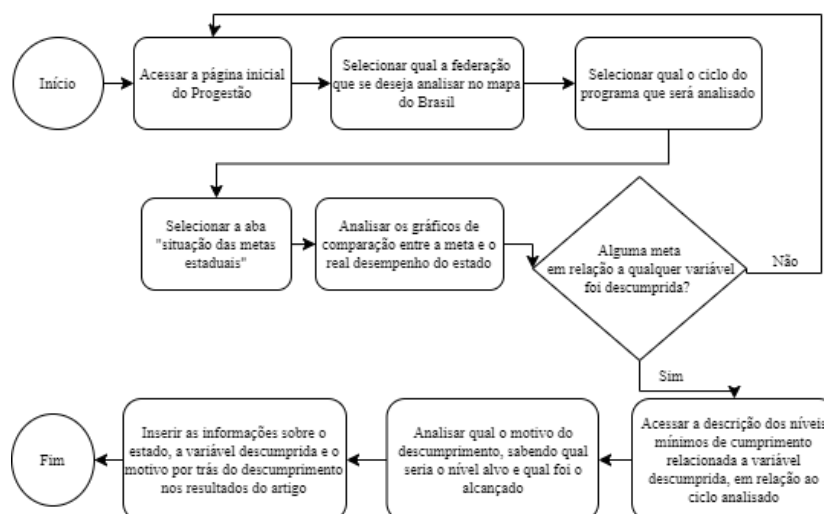
Este tópico aborda a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos. Assim, especifica-se o tipo de pesquisa, os materiais e os métodos utilizados. O método utilizado nesse estudo foi de caráter descritivo, exploratório e de abordagem qualitativa. Como procedimento de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental, no site oficial do Progestão, procurando por dados e informações acerca das experiências administrativas de todos os estados e do Distrito Federal nos ciclos 1 e 2 do programa, divulgados no período de 2013 a 2022. A análise documental é uma técnica que “recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico” (Sá-Silva et al., 2009).

Ao realizar a busca pelos documentos, para o ciclo 1, encontrou-se os dados relacionados as metas adotadas e as descumpridas em relação a cada estado e ao Distrito Federal nos relatórios de síntese do Progestão. Para cada uma dessas entidades, há um relatório específico que pode ser acessado a partir do mapa das regiões do Brasil, na página inicial do site do programa. Para o ciclo 2, como não são todos esses que possuem tal documento, pela recente certificação, os dados citados puderam ser encontrados também a partir do mapa mencionado acima, nos resumos da adesão das entidades ao programa e no item “situação das metas estaduais”. É válido ressaltar que o novo ciclo do programa (ciclo 2) está em andamento em parte das federações, logo, os dados relacionados ao qual retratam as experiências dessas nos anos anteriores ao atual.

Ainda, para compreensão das federações e como uma forma de orientá-las, no site do Progestão e na página inicial, há duas abas, nomeadas “Progestão 1” e “Progestão 2”, que, quando selecionadas, apresentam o detalhamento de todas as Metas de Gerenciamento de Recursos Hídricos em âmbito estadual. Nessa área do site, cada uma das variáveis recebe descrições sobre os seus níveis mínimos de cumprimento. Deste modo, é possível entender qual a situação da federação em relação a uma determinada variável (ou seja, qual o nível atual em que essa está), qual o nível que ela precisa alcançar, devido a meta estipulada, e o porquê de não a atender. Por exemplo, caso uma federação tenha a meta de alcançar o nível 4 da variável 1.1, mas a situação atual indica que essa está no nível 3, o motivo desse descumprimento está no fato do estado não ter uma área específica da Administração Pública para a gestão de recursos hídricos.

Ainda, em seu site oficial, o programa também apresenta os níveis das metas contratadas (nível da variável que deveria ser alcançado no determinado ciclo) comparadas com o desempenho do estado, ano a ano, para cada uma das variáveis. Essas informações podem ser acessadas na página inicial, na área do mapa do Brasil, na aba “situação das metas estaduais”, para ambos os ciclos do Progestão. Assim, foi possível compreender quais as metas descumpridas de forma recorrente (nos ciclos 1 e 2), bem como quais os motivos por trás desse descumprimento. Figura 1 resume os passos seguidos para realizar a análise documental.

Figura 1 - Procedimento utilizado para extração das informações



Fonte: Os autores (2023).

Seguindo o objetivo do estudo, um questionário foi aplicado a quatro especialistas na área de recursos hídricos, de forma que o respondente relatou a sua percepção acerca do nível de dificuldade de cada um dos problemas listados e quais as possíveis soluções que recomendaria para resolvê-los. O questionário foi enviado via *e-mail* nos meses de fevereiro e março de 2023.

4. Análise dos Documentos

A partir da pesquisa documental, foi possível realizar um levantamento de todas as metas não atendidas pelos estados e pelo DF, em ambos os ciclos. Logo após, foram selecionadas as que obtiveram descumprimento recorrente, ou seja, as metas descumpridas pelas entidades nos ciclos 1 e 2. Em seguida, através das descrições dos níveis de mínimos cumprimento de cada uma das variáveis (Figura 4) e tendo conhecimento de qual nível o estado deveria ter alcançado e de qual realmente alcançou (Figura 5), obteve-se o Quadro 1, que contém os principais problemas identificados que motivaram os descumprimentos.

Quadro 1 – Metas com descumprimento recorrentes, problemas e possíveis soluções

Código	Metas descumpridas recorrentemente nos dois ciclos	Estados	Principais problemas identificados
P1	Gestão de processos	Minas Gerais	O organismo gestor não dispõe de processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos para a execução de todas as suas atribuições institucionais
P2	<u>Arcabouço legal</u>	Acre, Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte	A maior parte dos dispositivos do arcabouço básico carece de regulamentação e/ou atualização
P3	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Goiás	O Conselho constituído ainda não é atuante e/ou funciona em condições precárias
P4	<u>Comitês de bacia e organismos colegiados</u>	Alagoas	A maioria dos Comitês de Bacias e/ou organismos colegiados de recursos hídricos não funciona adequadamente
P5	Agências de água e entidades delegatórias	Distrito Federal, Espírito Santo, Santa Catarina	As agências de água, ou de bacia ou similares, não exercem plenamente as funções previstas na legislação.
P6	Comunicação social e difusão	Roraima	As ações são insuficientes e/ou falta base técnica profissional e/ou planejamento para essas.
P7	Capacitação	Rondônia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo	Em Goiás, não existe plano de capacitação; em Rondônia e em Espírito Santo, o plano não é devidamente formalizado, nem implementado de modo contínuo e baseado em mapeamento por competências; em Minas Gerais e em São Paulo, não existe um setor com atribuições específicas de planejamento e coordenação de atividades de capacitação em recursos hídricos
P8	Articulação com setores usuários	Minas Gerais	Ainda não há um processo consolidado de articulação do poder público com os setores usuários e transversais
P9	Balanço hídrico	Acre	Não há conhecimento adequado da relação entre as demandas e disponibilidades hídricas sobre todas as águas superficiais e subterrâneas.
P10	Divisão hidrográfica	Amazonas	A divisão hidrográfica não é utilizada como unidade de gestão pela área de recursos hídricos e ambientais

P11	Planejamento estratégico	Pará, Roraima, Maranhão, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná	No Pará, Paraná, Maranhão, Roraima e Santa Catarina, não há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública na gestão de recursos hídricos; em Minas Gerais, há a necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e as condições para a efetiva implementação dos planejamentos tático-operacional e estratégico
P12	Plano Estadual de Recursos Hídricos	Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul	No Pará e no Maranhão, não existe Plano Estadual de Recursos Hídricos. No Rio Grande do Sul, o grau de implementação do Plano é insatisfatório
P13	Planos de bacias	Goiás, Paraná, Bahia, Distrito Federal	Em Goiás, no Paraná, na Bahia e no Distrito Federal, há dificuldade em implementar planos de bacias vigentes em todas as unidades de gestão hidrográfica
P14	Enquadramento	Ceará, Santa Catarina	Não existem corpos hídricos ou hidrogeológicos enquadrados nos termos das Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 396/2008
P15	Estudos especiais de gestão	Rondônia, Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Sul	Os estudos especiais para temas de interesse da gestão estão desatualizados ou são insuficientes para orientar as ações de gestão nos aspectos por ele abordados
P16	Modelos e sistemas de suporte à decisão	Rondônia, Sergipe, Goiás, Bahia, Minas Gerais	Em Rondônia, Sergipe e Goiás, não existem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacional; na Bahia e em Minas Gerais, a utilização desses ainda é relativamente limitada
P17	Base cartográfica	Amazonas, Rio Grande do Sul	Amazonas não dispõe de uma base digital em formato vetorial para a gestão de recursos hídricos; Rio Grande do Sul não dispõe de acervo recente de mapas da cartografia sistemática e/ou imagens de sensores remotos que permitem atualizar a geometria e os temas da base digital em formato vetorial do nível precedente, para a gestão de recursos hídricos
P18	Monitoramento da qualidade de água	Santa Catarina	A rede de qualidade de água existente responde por todos os pontos previstos na Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais (RNQA)
P19	Sistema de informações	Acre, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais	No Acre, em Pernambuco e em Minas Gerais, não existem ferramentas computacionais que permitam acessar e analisar essas informações em seu conjunto; no Distrito Federal, ainda não existe processo permanente de aquisição e manutenção de informações hidrográficas e hidrológicas qualitativas em banco de dados corporativos
P20	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Rondônia, Alagoas, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná	Em Rondônia e em Goiás, não existe qualquer ação ou uma política permanente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI); em Alagoas, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Paraná, as ações financiadas e/ou promovidas não fazem parte de uma política permanente de PDI e os resultados não são internalizados no cotidiano do órgão
P21	Outorga de direito de uso dos recursos hídricos	Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Em Goiás, Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, não há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para a captação de água de toda a demanda estimada; em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, não há emissão dessa outorga para lançamento de efluentes de toda a demanda estimada
P22	Fiscalização	Amazonas, Santa Catarina	Não há estrutura específica para desenvolvimento das ações de fiscalização dos recursos hídricos
P23	Cobrança	Maranhão, Sergipe	Em Sergipe, não há cobrança, estudo ou regulamento sobre o tema; no Maranhão, não há cobrança
P24	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	Rondônia	O sistema estadual de recursos hídricos não possui arrecadação própria
P25	Infraestrutura hídrica	Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná	Em Minas Gerais, a área de recursos hídricos não possui participação na gestão de infraestrutura hídrica ou sua participação é limitada aos aspectos regulatórios básicos; no Distrito Federal e no Paraná, a área de recursos hídricos ainda não planeja e gerencia diretamente a infraestrutura hídrica existente
P26	Gestão e controle de eventos críticos	Amazonas	Não há planejamento e execução de ações de prevenção e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos
P27	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Amazonas, Pará, Maranhão, Distrito Federal	No Pará, não existe Fundo Estadual de Recursos Hídricos; no Maranhão e no Distrito Federal, o Fundo ainda não foi regulamentado; em Amazonas, o Fundo ainda não está operacional
P28	Programas e Projetos indutores	Rio Grande do Sul	Os programas e/ou projetos indutores possuem pouco ou nenhum suporte por parte da Administração Pública

Fonte: adaptado de ANA (n.d.), ANA (2016b) e ANA (2018b)

A partir de tais resultados, pode-se concluir que algumas das variáveis acima são consideradas mais críticas por terem sido descumpridas por um maior número de federações, dentre elas, estão: capacitação; planejamento estratégico; modelos e sistemas de suporte à

decisão; pesquisa, desenvolvimento e inovação; e outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Comparando essas conclusões com os artigos da literatura que se empenharam em analisar as experiências das regiões brasileiras com o Progestão, chegou-se a importantes e convergentes evidências.

No estudo desenvolvido por de Almeida et al. (2020b), por exemplo, referente ao Nordeste do Brasil, as autoras destacaram as metas envolvendo “pesquisa, desenvolvimento e inovação” na área dos recursos hídricos, visto que foram descumpridas por uma boa parte dos estados da região, durante o primeiro ciclo do programa (de Almeida et al., 2020b). Na análise das experiências do Norte brasileiro, realizada por de Almeida et al. (2020a), constatou-se que “capacitação” foi uma das variáveis com maior número de descumprimentos, no ciclo 1, fato que também converge com os resultados do presente artigo.

Com relação a região Sudeste, estudada por de Almeida & Fontana (2021), também foram identificadas convergências. Conforme as autoras, no primeiro ciclo do programa, foi possível concluir que as metas baseadas nas variáveis “pesquisa, desenvolvimento e inovação” e “planejamento estratégico” não foram atendidas por boa parte das esferas que as adotaram. Somado a isso, nos ciclos 1 e 2, as metas ligadas a variável “capacitação” foram também descumpridas pela maioria das federações (de Almeida & Fontana, 2021). Ainda, nas investigações das experiências do programa no Sul do Brasil, esse mesmo artigo constatou-se que, em ambos os ciclos, a meta relacionada a variável “outorga de direito de uso dos recursos hídricos” foi descumprida por boa parte dos estados (de Almeida & Fontana, 2021).

Portanto, em suma, é notório que os achados na literatura fundamentam e comprovam a conclusão de que as variáveis com descumprimentos recorrentes podem ser consideradas como críticas, e, por isso, necessitam de maior atenção das gestões do Progestão.

5. Análise do Questionário

Quatro especialistas responderam ao questionário elaborado. Todos são doutores que atuam na docência, sendo dois desles na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e dois na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Em relação ao tempo de pesquisa na área de recursos hídricos, três deles possuem 10 ou mais anos de experiência e um possuem de 5 a 10 anos.

Com relação ao nível de dificuldade para resolução dos problemas descritos no Quadro 1, a maioria respondentes considerou os problemas P9, P1 e P28 como aqueles de maior complexidade. As sugestões de solução mitigatórias são sumarizadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Soluções recomendadas por especialistas

Código	Soluções recomendadas
P1	Institucionalização, estruturação e integração dos procedimentos e agentes públicos
P2	Atualização da regulamentação pelo poder público estadual
P3	
P4	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo
P5	
P6	Capacitação dos atores envolvidos
P7	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo
P8	
P9	Lançamento de editais específicos para a atualização técnica das condições hídricas da região
P10	Não relatado
P11	Institucionalização, estruturação e integração dos procedimentos e agentes públicos
P12	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo
P13	
P14	Lançamento de editais específicos para a atualização técnica das condições hídricas da região
P15	
P16	
P17	
P18	
P19	Implementação de sistema de informação
P20	
P21	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo
P22	
P23	
P24	Implementação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e da cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser efetivamente implantadas
P25	O poder público estadual deve priorizar a gestão de recursos hídricos
P26	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo
P27	O poder público estadual deve priorizar o saneamento destes problemas, atuando por meio de secretarias de estado e Agências de Água, que devem assumir o protagonismo. O fundo Estadual de Recursos Hídricos constitui-se como instrumento financeiro para a consecução de estudos, ações, planos, programas, projetos, obras e serviços pautados pelos fundamentos, objetivos e diretrizes gerais da Política Estadual de Recursos Hídricos. Logo faz-se necessária a criação de uma Lei Estadual que possa garantir esse repasse. Parte desse recurso deverá ser arrecadado por meio de multas, cobranças pelo uso da água e/ou compensação ambiental
P28	

Fonte: os autores (2023)

Considerações Finais

A ANA tem um papel essencial na preservação dos recursos hídricos no Brasil. Com a criação do PROGESTÃO, a gestão das águas foi facilitada, uma vez que a metodologia de remuneração por alcance de metas motivou as unidades federativas a tecer um olhar crítico quanto à responsabilidade que têm na distribuição e na garantia desse bem para as atuais e futuras gerações.

Levando em consideração o exposto, através da análise documental realizada, foi possível identificar as variáveis que foram descumpridas de modo recorrente pelos estados brasileiros. Como forma de fundamentar os resultados encontrados, comparando-os com referências bibliográficas que definiram e atenderam a objetivos semelhantes aos apresentados no presente artigo, constatou-se que os problemas relacionados as variáveis “capacitação”, “planejamento estratégico” “pesquisa, desenvolvimento e inovação” e “outorga de direito de uso dos recursos hídricos” podem ser considerados críticos. Portanto, esses representam desafios para o aumento dos desempenhos das federações e para a melhoria da gestão de recursos hídricos desenvolvida.

Após esse apanhado dos principais problemas enfrentados durante os dois primeiros ciclos do Progestão, percebeu-se que existe uma lacuna na literatura: não há publicações que tenham como objetivo sugerir soluções para os impasses enfrentados pelas esferas estaduais e distrital. Por isso, aplicou-se um questionário junto a especialistas na área de recursos hídricos, que são docentes e pesquisadores, para que fosse possível conhecer a percepção deles acerca dos problemas e das soluções que podem ser adotadas.

Portanto, as principais contribuições desse estudo visam auxiliar a gestão pública locais (nas federações) e os próprios administradores do Progestão a identificarem quais são os principais problemas para o não atendimento das metas, bem como fornecer *insights* que subsidiem a tomada de decisão, auxiliando-os na definição de ações mitigatórias. Como sugestões para futuros trabalhos, deixam-se a análise pontual (estadual) de cada problema e o desenvolvimento das soluções detalhadas e adaptadas aos estados.

Referências Bibliográficas

- Acsegrad, Moema V., Azevedo, José P. S. D., & Formiga-Johnsson, Rosa M. (2015). Cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro, Brasil (2004-2013): histórico e desafios atuais. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, 20, 199-208. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://www.scielo.br/j/esa/a/66fb5t6QyRqZTgJFhF6Tdqc/?format=pdf>
- Almeida, Bianca M. J., Fontana, Marcele E., & Levino, Natallya de A. (2020a). Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO): uma avaliação qualitativa das experiências administrativas estaduais no Nordeste. Em *X Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção (CONBREPRO)*. Acessado em 26 de julho de 2022, de: [Anais do ConBREPRO 2020 \(aprepro.org.br\)](https://www.conbrepro.org.br/Anais-do-ConBREPRO-2020)
- Almeida, Bianca M. J., Fontana, Marcele E., & Levino, Natallya de A. (2020b). Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO): uma avaliação qualitativa das experiências administrativas estaduais no Nordeste. In: *Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção*, On-line.
- Almeida, Bianca M. J., & Fontana, Marcele E. (2021). Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO): uma avaliação quanti-qualitativa das experiências administrativas estaduais nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul do Brasil In: *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Foz do Iguaçu.
- Almeida, Hermes A. de. (2016). *Climatologia aplicada à geografia*. Campina Grande: EDUEPB. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/uepb/catalog/book/128>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (n.d.). *Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://progestao.ana.gov.br/>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2013). *Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 17 de maio de 2021, de: <https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/o-programa/normativos/379-2013.pdf>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2016a). *Apresentação - Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/o-programa/apresentacao>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2016b). *Metas de Gerenciamento de Recursos Hídricos em âmbito estadual - Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/o-programa/glossario/metas/metas-de-gerenciamento-estadual/metas-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos-em-ambito-estadual>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/relatorio-conjuntura-2017.pdf>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2018a). *Antecedentes do Programa - Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/progestao-1/o-programa/antecedentes>

- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2018b). *Metas de gerenciamento em âmbito estadual (ciclo 2) - Progestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de:
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2020). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2020: informe anual*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/o-programa/progestao-ciclo-2/metas/metas-estaduais-ciclo-2>
- ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2016c). *Variável 1.1 - Organização institucional do modelo de gestão*. Brasília: ANA. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/o-programa/glossario/metas/metas-de-gerenciamento-estadual/variaveis-legais-institucionais-e-de-articulacao-social-1/variaveis-institucionais-legais-e-de-articulacao-social>
- Cambrinha, Géssika M. G., & Fontana, Marcele E. (2015). Análise da aplicação de investimentos em perdas de água no nordeste brasileiro. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 983-994. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://doi.org/105902/2236117015520>
- Cambrinha, Géssika M., & Fontana, Marcele E. (2018). A multi-criteria decision making approach to balance water supply-demand strategies in water supply systems. *Production*, 28, e20170062. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/0103-6513.20170062>
- Cavalcanti, Bianor S., & Marques, Guilherme R. G. (2016). Recursos hídricos e gestão de conflitos: A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul a partir da crise hídrica de 2014-2015. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 15(1), 4-16.
- Egito, Tuane B., Fontana, Marcele E., & Morais, Danielle C. (2015). Seleção de alternativas de conservação de água no meio urbano utilizando abordagem multicritério. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 209-221. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17935>
- Jardim, Mariana H., & Bursztyn, Maria A. (2015). Pagamento por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso de Extrema (MG). *Engenharia sanitária e ambiental*, 20, 353-360. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522015020000106299>
- Levino, Natallya de A., Fontana, Marcele E., da Silva Monte, M. B., & de Lima Filho, W. A. (2023). A group decision model for diagnosing barriers to achieving goals in a Brazilian Water Resources Program: an analysis of the state of Alagoas. *Brazilian Journal of Water Resources*, 28.
- Libânio, Paulo A. C. (2015a). Classificação e avaliação de sistemas de gestão de recursos hídricos: o caso do Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Em *Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*, Brasília.
- Libânio, Paulo A. C. (2015b). O Pacto Nacional pela Gestão das Águas: dois primeiros anos de implementação do programa "PROGESTÃO". Em *Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*, Brasília.
- Libânio, Paulo A. C. (2015c). O Pacto Nacional pela Gestão das Águas e o programa PROGESTÃO: concepção, desafios e perspectivas. In: *Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*, Brasília-DF.
- Rosa, Alexandra M. R., & Guarda, Vera L. D. M. (2019). Gestão de recursos hídricos no Brasil: um histórico. *Revista Direito Ambiental e sociedade*, 9(2), 197-220. Acessado em 26 de julho de

- 2022, de:
https://repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/15884/1/ARTIGO_Gest%c3%a3oRecursosH%c3%a3dricos.pdf
- Sá-Silva, Jackson., Almeida, Cristóvão., & Guindani, José. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1), 1-15.
- SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2019). Painel de informações sobre o saneamento. *Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional*, Brasília. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis>
- Sousa Júnior, Wilson., Baldwin, Cladia., Camkin, Jeff., Fidelman, Pedro., Silva, Osman., Neto, S., & Smith, Timothy. F. (2016). Water: Drought, crisis and governance in Australia and Brazil. *Water*, 8(11), 493. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.3390/w8110493>
- Souza, Kellcia R., & Kerbauy, aria. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, 31(61), 21-44. Acessado em 26 de julho de 2022, de: <http://educa.fcc.org.br/pdf/educfil/v31n61/1982-596X-educfil-31-61-21.pdf>

Recebido em 19/03/2022.
Revisado em 12/06/2022.
Aceito em 21/10/2022.